



Outros que posso ver

Eliane Bettochi, MA
Luiz Antonio L. Coelho, PhD
Simone Formiga, MA

A unidade de representação conhecida como signo—tida como entidade básica para se compreender a cultura e suas linguagens—encerra uma relação de alteridade. Representar significa substituir e substituir denota estar no lugar do outro. É como se o signo possuísse algum aspecto vicário do referente, ainda que puramente convencional como no símbolo peirciano. Na realidade, em sua concepção triádica original, o signo não apenas pressupõe um, mas dois outros: o que representa (objeto) e o que suscita enquanto sentido (interpretante). (PEIRCE, 1977). Já usando a tríade de Ogden & Richards, diríamos que o *símbolo* (ou signo/*representamen*, para Peirce) compreende a pré-existência de um referente (primeiro outro) e de uma referência (segundo outro), que lhe é posterior.¹ (OGDEN & RICHARDS, 1923)

Gostaríamos aqui de falar justamente na natureza dessa representação sob aspectos distintos. Comporemos mais um mosaico de idéias em torno da representação e do outro sem a preocupação da gênese ou organização sistemática adotada na Semiótica. Simplesmente nosso critério é o da preferência. Isto é, vamos falar de aspectos pontuais em função de alguns trabalhos desenvolvidos em sala de aula a partir de discussões genéricas. São muitas, como se sabe, as possibilidades de discussão em torno da relação do signo com o outro, mas escolhemos falar da representação dentro do conceito de virtualidade, para tanto utilizando a figura do unicórnio, a personagem pop de Lara Croft e a imagem especular.

Começemos pelo outro no virtual. No estudo da virtualidade, o outro é aquele que vai ganhar alguma conformação e feição perceptíveis. Consta-se logo que existe algo que toca na natureza do signo: tanto este quanto o virtual necessitam de um outro para existir. Poderíamos nos apressar e dizer que enquanto o virtual necessitaria do outro posterior, o signo necessitaria do outro pré-existente. Todavia, como veremos, parece mais que ambos dependem do outro *a posteriori*. Queremos dizer que é fácil perceber que o virtual é *pregnância* e não existe sem o atual, en-

quanto que é debatível se o signo necessitaria do referente (pré-existente no mundo físico) para existir. Mas sem dúvida o outro é comum a ambos.

Uma pergunta que se tem feito em relação à imagem virtual é se ela configuraria algum tipo de signo. Falou-se na “morte do signo” justamente pela ausência do primeiro outro, o referente na virtualidade. Mas não seria esse o mesmo caso do unicórnio? O unicórnio é um conceito (já signo) sem referente material (como ser existente no mundo físico) ou biológico. Representa uma abstração humana, uma idéia. Quando se pensa em “unicórnio” imagina-se um cavalo com um chifre na testa. Cada pessoa, então, tem a imagem mental do SEU cavalo com um chifre na testa. Esta “imagem” deverá corresponder a um substrato das muitas imagens e informações que a pessoa vivenciou. É fácil pensar, desta forma, em uma figura de unicórnio como representante (sínico) de um conceito abstrato, ainda que este conceito abstrato não possua um referente com existência material ou mesmo com existência atual, mas como uma idéia em potência. Ainda que “subverta” a definição clássica de signo, qual seja, a de estar em lugar de algo além de si próprio (entendido esse algo com uma existência real, ainda que não material), essa posição simplesmente pensa nesse algo não necessitando de materialidade, bastando ser um conceito ou idéia em potencial. Estaríamos diante de um proto-signo ou uma representação com todos os efeitos do signo clássico sem um antecedente real? Nossa opinião é que sim e que, para efeitos práticos, há muito mais no signo em termos de efeitos e de geração de sentidos do que a característica de estar no lugar de algo que não ele próprio. Legitimá-lo através dessa característica ou simplesmente “matá-lo” pela ausência dela seria, a nosso ver, no mínimo, ignorar uma parte bastante significativa. A idéia ou o conceito de signo enquanto representação de imagem mental/interpretante, ou segundo outro, vale mais, em nossa opinião, do que o fato dele carecer de referente. O virtual também não tem referente. Entretanto está representando algo. O virtual, como nos mostra Pierre Lévy, existiu desde sempre ou, pelo menos, desde a aquisição das linguagens. (LÉVY, 1966) Talvez as noções primeiras de signo devessem ter contemplado as características que transparecem mais fortes hoje na era do virtual. Entretanto, historicamente não foi assim. Sabemos que o referente pode ser um conceito/idéia em estado potencial e assim como

¹ Preferimos aqui o uso de Ogden & Richards por acharmos este um modelo fácil de trabalhar e ilustrar.

um signo que tem como referente outro signo qualquer signo poderia ter como referente um conceito/idéia virtual, não necessitando do objeto, algo já observado por Saussure, nem mesmo uma idéia real no sentido que nos apresenta Lévy.² A questão, *ipsu facto*, residiria na relação e talvez a idéia que permanece (ou prevalece) é a de que no signo a relação existe no estar no lugar de e não necessariamente estar no lugar de algo definido. Peirce já definia o *representamen* como um primeiro signo, de um nível ou categoria diferente do equivalente criado na mente, o interpretante (segundo outro), este talvez mais desenvolvido.³ Ele não chega a precisar a idéia dessa relação com o antecedente como algo definido. Até pelo contrário, Peirce fala que o signo não chega a atingir a representação total de um objeto, o que nos autoriza a dizer que Peirce talvez aceitasse o conceito de potencial de um referente virtual como explicação para a questão da representação contida na noção de signo.⁴ Desta forma, à luz da teoria da virtualidade, poderíamos concluir que, se não todos os signos, pelo menos aqueles que têm conceitos abstratos por antecedentes já não possuiriam referente no sentido clássico. Estes seriam sempre virtuais. Mesmo um prosaico signo que denota um objeto concreto como “livro” também pressuporia a problemática a que nos referimos. Isto porque em se tratando de um signo tipo não se refere a um objeto específico (determinado livro), mas à qualidade de todos os livros (“livrismo”), algo que só existe em potencial, portanto, completamente virtual.

Mas além da questão já tão trabalhada sobre o unicórnio, o que dizer do objeto sintético contemporâneo? Tomemos como exemplo Lara Croft, protagonista do jogo de computador *Tomb Raider (Eidos Interactive)*. Lara “é” uma arqueóloga aventureira, no estilo Indiana Jones. Tem história, personalidade, objetivos e desejos. Como qualquer personagem de ficção, seja de literatura ou cinema. Mas, diferentemente da literatura, Lara tem corpo e imagem próprios. E diferentemente do cinema, seu corpo não é “emprestado” de uma atriz.⁵ Além disso, não pressupõe o instante pró-filmico.⁶

² Lévy não relaciona o virtual ao real, mas ao potencial. Ver LÉVY, 1966.

³ Esclarecemos que utilizamos a noção de signo peirciana para esta discussão. Ver PEIRCE, 1993.

⁴ Peirce fala em estar no lugar de algo mas não em todos os aspectos desse algo, e sim em certo aspecto ou medida com referência a uma espécie de idéia (p.228: *Semio & Signifiers*), reforçando a idéia do signo (interpretante) como algo próprio da mente do receptor, portanto virtual, e não do mundo exterior Nöth: 68).

⁵ Aqui vale a pena também citar personagens como a criada pela TV inglesa (Cita Cybehost, da Broadcast & Cable), que além de ter os mesmos aspectos de Lara Croft, fala da REALIDADE do

Foi preciso chegar ao estágio tecnológico atual para que se percebesse a condição e natureza da realidade do virtual, ainda que esta existisse há muito. Hoje tecnologia permite que objeto e representação tenham naturezas semelhantes e sejam percebidos de forma similar. Entretanto, desde os primórdios da animação e dos quadrinhos, a figura da personagem é ontologicamente a personagem (objeto) ao mesmo tempo que a representa (significado). A personagem animada e de quadrinhos não tem a referência de um ator ou atriz que lhe emprestam corpo, como no cinema e no teatro. Susanne Langer identifica a virtualidade no teatro quando diz que o ator/atriz não está no palco para ser, mas sim para significar através de códigos diretamente ligados ao espectador. (LANGER, 1953) Pode-se dizer o mesmo do cinema. Não é freqüente esquecer-se o nome de uma personagem lembrar apenas o nome de quem a interpretou? Tentemos fazer isso na animação: é difícil, não? Não há referentes biológicos, somente personagens. Não se diz que Tom Hulce, ator que empresta a voz a Quasimodo, apaixonou-se por Demi Moore, responsável pela voz de Esmeralda, no filme *O Corcunda de Notre Dame* (*The Hunchback of Notre Dame*, Disney, 1996). Mas tente lembrar o nome das personagens de Demi Moore e Patrick Swayze no filme *Ghost, o outro lado da vida* (*Ghost*, dir. Jerry Zucker, Paramount, 1990), por exemplo. Seria a animação mais virtual que o cinema?

Voltemos a Lara Croft. A arqueóloga não é só conceito, é “objeto”. Um “simulacro de mulher” com forma própria e definida pertencente a um neo-ambiente.⁷ Assim, Lara Croft é ao mesmo tempo que representa. E representa uma noção que vai além do fato de ser (e a conseqüente auto-representação). Enquanto personagem, Lara representa não apenas a si, mas a uma noção de valores aliados à personagem (laracroftismo). Da mesma forma que determinado signo, como, por exemplo, “livro” representa uma noção genérica (“livrismo”) que o represente como gênero de

espectador e o Grande Irmão de 1984 de George Orwell, que por ser imutável, distante, entre outras características de sua virtualidade, servia melhor ao controle social.

⁶ O termo provém das teorias realistas do cinema, em especial através de André Bazin, que dizia que a imagem do cinema, de natureza fotográfica, captada através de câmera, pressupunha a impregnação da película pela luz emitida por objetos reais. Ver Ontologia da imagem fotográfica em: BAZIN, 1991. Barthes, ao falar da imagem fotográfica, também fala da fotografia como um congelamento de um segundo que realmente ocorreu. Ver BARTHES, 1980.

⁷ Ver WEISSBERG, Jean-Louis. Real e virtual. In: PARENTE, André (org.). *Imagem máquina. A era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, pp. 117 -126.

todos os livros. Se iconicamente apresentado, pode individualizar a representação, tal e qual Lara Croft. O exemplo aplica-se a uma foto da Bíblia de Guttemberg, ou a um desenho da *Divina Comédia*. Nesse momento, a personagem Lara Croft e sua imagem tornam-se um signo ou um *representamen*, algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. (PEIRCE, 1993) Ressaltemos aqui um aspecto importante do signo tornado mais perceptível através da noção do virtual: ao fazer com que uma pessoa com ele familiarizada estabeleça relações entre um objeto e outros signos de acordo com seu repertório pessoal e sua inserção num dado ambiente, o signo virtualiza uma capacidade de associações de idéias e geração de problemas num interpretante. Podemos dizer, desta forma, que o signo é virtual no sentido formulado por Lévy. O signo Lara Croft é capaz de evocar uma série de sentidos (“laracroftismo”) que, por sua vez, se conectam a outros sentidos e assim por diante.

Mas que “objeto” o signo Lara Croft “representa”? Para Peirce, um signo deve “representar” não a totalidade de um objeto, mas fazer referência a um tipo de idéia mais ou menos platônica o que o obriga então a ser diferente do objeto que “representa”, embora essa condição seja talvez arbitrária (PEIRCE, 1993:95). O signo Lara Croft representa o “objeto” Lara Croft, um objeto que não se inscreve na nossa materialidade biológica, mas na nossa “materialidade” virtual a partir do momento que ocupa espaço físico na memória RAM e no disco rígido de um computador, nas páginas de uma história em quadrinhos ou na ficha de um(a) jogador(a) de RPG. O signo Lara Croft é um signo para apenas um objeto (Lara Croft) e representa a totalidade de aspectos deste objeto. Mas é signo para outros signos, para o “laracroftismo” e quaisquer referências a que possa remeter.

Weissberg diz que nossa atual fase de virtualização descende da operação de simulação que sempre existiu na cultura, numa tentativa de tornar a imagem ontologicamente independente do objeto. (WEISSBERG. In: PARENTE, 1996) A imagem contida nos neo-ambientes contemporâneos não é mais representativa: é presentativa, qualidade essa que também está implícita no signo.

Espelho, espelho meu, existe alguém mais bonita do que eu?

Falemos agora do outro no espelho. Lugar, por excelência, do outro por "criar" a dimensão fora do espaço referencial e "mostrar" sempre algo diferente do eu, o espelho e a imagem especular têm sido bastante estudados. Trabalhando com alguns desses estudos, voltamos a indagar sobre a natureza sógnica da imagem especular e tentamos relacioná-la à imagem virtual.

Quando Lacan se refere ao *estágio do espelho* em 1936, parte de Henri Wallon, que em 1931 referiu-se à "prova do espelho" como passagem do especular para o imaginário e deste para o simbólico na formação da individualidade na criança.⁸ O que se tem aqui, tanto em Wallon quanto em Lacan, é a formulação do desenvolvimento do "eu" em etapas, "...em função de *ímagos* retiradas do outro ou de identificações projetivas". (ROUDINESCO e PLON, 1997: 194) Isso significa que para Lacan o desenvolvimento da identidade primordial passa necessariamente por uma relação com "o outro" dentro do espelho.

Feita a síntese lacaniana dos 6 aos 18 meses de vida em virtude a imagem especular, ainda vamos encontrar imagens refletidas nos espelhos de Lewis Carrol ou da fábula de Branca de Neve. Vêm-nos à mente as maldades da madrasta-bruxa e o espelho mágico, que só lhe dizia a verdade. Para Umberto Eco, o espelho, aquele objeto que temos no banheiro e que normalmente utilizamos todas as manhãs, "diz a verdade de forma desumana". (ECO, 1989:17) No livro *Kant e o Ornitorrinto*, o mesmo autor volta a dedicar um estudo sobre os espelhos e reafirma que o espelho diz a verdade:

Ele não "traduz", não interpreta, registra aquilo que o atinge exatamente como o atinge. Assim, confiamos nos espelhos como confiamos, em condições normais, nos próprios órgãos perceptivos. Confiamos nos espelhos como confiamos nos óculos e nas lunetas, porque os espelhos são próteses como os óculos e as lunetas. (ECO, 1998: 306)

Concordamos com Eco e partir desta afirmação de que "os espelhos são próteses extensivas e intrusivas", afinal nos permitem olhar onde nossos

olhos não alcançam. Ao nos permitir "olhar", fornecem-nos algo para ser olhado e este algo é uma imagem. Fazem de nós um outro objetivo.⁹

Qualquer imagem fornece informações. Ao olharmos para ela passamos por um processo de semiose, interpretamos o que vemos. Mas seria a imagem especular um signo?

Nossa proposta é justamente levantar questões que nos levem a refletir sobre o assunto.

Continuemos com Eco. Ele afirma *que a imagem especular não é signo*. Transcrevemos aqui seus critérios de definição de signos:

- (i) O signo é algo que está para algo mais *em sua ausência*. Ao contrário, a imagem especular *está na presença* do objeto que reflete.
- (ii) O signo é materialmente distinto da coisa de que é signo, senão poderíamos dizer que sou signo de mim mesmo. Ao contrário, a imagem especular é, já o vimos, uma cópia absoluta dos próprios estímulos que o nosso olho receberia se estivesse diante do objeto.
- (iii) No signo, o plano da expressão se diferencia por substância e forma, e a mesma forma poderia ser transposta para outra substância. Ao contrário, com o espelho transfiro, no máximo (invertendo-a), a própria substância luminosa numa superfície especular contrária.
- (iv) Para que exista signo ocorre que se constitua uma ocorrência sígnica em relação a um tipo. Ao contrário, na imagem especular coexistem tipo e ocorrência.
- (v) O signo pode ser utilizado para mentir ou para afirmar (erroneamente, mesmo se de boa-fé) aquilo que é verdadeiro. Ao contrário, a imagem especular nunca mente. O signo pode ser utilizado para mentir porque posso produzir o signo

⁸ O termo *estágio* desta expressão é inspirado nos *estádios* de Freud (pré-genital e genital) em função da evolução do sujeito. (FREUD, 1987) É conhecido também como *estado* ou *fase*. (LACAN, 1998: 96-103)

⁹ Consideramos como imagem especular, a imagem fornecida por uma superfície plana capaz de refletir a radiação luminosa incidente que fornece uma imagem virtual correta e de tamanho igual ao do objeto refletido.

mesmo que o objeto não exista (posso nomear quimeras e representar unicórnios), enquanto que a imagem especular se produz apenas diante do objeto. (Ibid., 308)

Antes de discutirmos as afirmações de Eco, convidamos o leitor a se imaginar frente a um espelho, ou mesmo imaginar em que condições um espelho reflete e o que se percebemos quando olhamos para ele.

Se estamos na frente do espelho e vemos nossa imagem refletida nele, percebemos de imediato que estamos em frente a uma superfície refletora. Este fato demonstra já termos passado por esta experiência primária, já aprendemos que espelhos refletem os objetos colocados dentro de seu campo refletor¹⁰. O espelho sempre "registra" o que está em seu campo refletor. Só não registra quando não há luminosidade, mas nós também não enxergamos quando não há luz. Quando olhamos para um espelho e não temos nossa imagem refletida, ainda assim vemos tudo que está em seu campo refletor. Mesmo que nada existisse, nós interpretaríamos que o nada estaria posicionado de tal forma que pudesse ter sua imagem refletida nele. Esta imagem indicou, no mínimo, que existia algo dentro do campo refletor do tal espelho. Este é um processo de interpretação, um processo de semiose.

Vamos agora olhar para o espelho sob a ótica do pensamento de Roland Barthes em *Semântica do Objecto*. Faremos a seguinte pergunta: *a imagem especular significa ou comunica?*

Podemos afirmar que, com certeza comunica, comunica a existência de algo, ou de nada, dentro de seu campo de reflexão. Porém, não constitui um sistema estruturado de signos, não possui um sistema de diferenças, de oposições e de contrastes. Mas será que isto é necessário para ser signo?

Tomemos como ponto de partida o objeto. "O objecto serve efetivamente para alguma coisa, mas também serve para comunicar informações, obje-

¹⁰ Vamos considerar como campo refletor o espaço físico necessário onde um objeto deva estar para ter sua imagem refletida no espelho.

tos veiculam sentido, "há sempre um sentido que extravaza do uso do objecto." (BARTHES, 1987: 173)

Vamos utilizar aqui o mesmo exemplo de Barthes, o telefone. Além de sua função de tecnologia (e meio) de comunicação, um aparelho telefônico carrega consigo significados. Dependendo de sua cor, seu design, vai transmitir idéias diversas como objeto moderno ou antigo, luxuoso ou não, etc.

Voltando ao espelho enquanto objeto. Sua função mais comum é a de permitir um indivíduo de se olhar, de se ver como os outros o veriam, isto é, colocar-se como outro para si mesmo. Mas com certeza, carrega uma gama de significados. Dependendo de seu tamanho, do lugar onde esteja, da sua moldura terá um sentido. Jean Baudrillard fala em *O sistema dos objetos* do "seu papel ideológico de redundância, de superfluidade, de reflexo: trata-se de um objeto rico em que a prática respeitosa em si mesma do indivíduo burguês descobre o privilégio de multiplicar sua aparência e de jogar com seus bens". (BAUDRILLARD, 1968: 28) Desta forma, podemos dizer que o espelho, além de sua função refletora, pode significar coisas diferentes. É um objeto que carrega consigo uma riqueza de significados e de simbolismo como faz prova sua presença em lendas, mitos, filmes, fotos, anúncios, obras de arte e contos de fadas.

Voltemos, então, à nossa questão. Pode-se dizer que a imagem refletida no espelho significa alguma coisa ou será que apenas comunica a existência de algo dentro de seu campo de reflexão?

Continuando a desenvolver o raciocínio sob a luz do pensamento de Barthes, podemos levantar algumas considerações. Segundo o autor, os objetos que fazem parte de uma sociedade têm sentido mesmo que sua função se torne, pelo menos, signo dela mesma, ou seja, o objeto pode significar a si mesmo. (BARTHES, 1987: 174) Seria um estágio em que o objeto, antes de se fazer representar por meio de um signo, representa-se a si próprio, isto é, está no lugar de si mesmo. Sem ser signo ele produz sentido. Em nossa opinião, a idéia contradiz o conceito de signo como algo que está no lugar de algo que não de si mesmo, conforme nos explica Eco no item (ii) da citação acima, o que nos faz concluir que haveria diferença entre sentido e significado. O primeiro referir-se-ia a todo conteúdo,

inclusive àquele fora do signo, e o segundo ao interpretante motivado pelo signo.

Se quando nos olhamos no espelho nos vemos o outro, pelo menos podemos perceber alguns dos significados que essas pessoas poderiam nos dar. Neste caso, nossa imagem especular é um canal que permite supor o que podemos significar para os outros. Mas é signo?

Todo signo "é um cruzamento de duas coordenadas, de duas definições", segundo Barthes. A primeira coordenada, considerada como profunda pelo autor, é a simbólica; o signo deve ter pelo menos um significado. Ora, se partimos do pressuposto que os espelhos dizem a verdade e podemos nos ver neles, nossa imagem significa, no mínimo, que existimos e somos viáveis. E se formos mais além, utilizando o imaginário do cinema, poderíamos dizer que não somos vampiros.

A segunda coordenada, a de extensão, é a da classificação. Ainda segundo Barthes, "não vivemos sem ter em nós, mais ou menos conscientemente, uma certa classificação dos objectos que nos é importante ou sugerida pela nossa sociedade". (Ibid.: 175)

Será que classificamos nossa imagem especular? Se não classificamos a imagem, pelo menos classificamos a nós mesmos conforme veremos quando tratarmos da composição de elementos.

Vamos pensar agora como podemos isolar no objeto representado significante e significado.

"Significantes do objecto são naturalmente, unidades materiais, como todos os significantes de um qualquer sistema de signos, quer dizer, cores, formas, atributos, acessórios".(Ibid.: 176)

Examinemos um primeiro estado, o puramente simbólico, ou seja, quando um significante (uma configuração) nos remete a um único significado (acepção peirceana). Usemos como exemplo o sinal de mais (+), símbolo, que na matemática, significa unicamente a operação de adição.

Assim, podemos dizer que a imagem especular não é símbolo, apesar de, ao menos, indicar a presença de algo dentro do campo de reflexão do espelho. Poderíamos considerá-la como um índice, não um símbolo.

Outra relação que podemos examinar também é a relação de deslocamento de sentido. Esta é uma relação considerada por Barthes, também como simples e simbólica. Um objeto teria sua relação deslocada, apesar de ser representado na sua totalidade, ou seja, significa através de um de seus atributos. O autor utiliza como exemplo a foto de uma laranja em uma peça publicitária, neste caso a laranja significa algo refrescante e natural, poderia ter sido usado um limão e o sentido não mudaria. Podemos dizer que "o elemento significativo é, então, simultaneamente, perceptível—recebemo-lo de um modo perfeitamente claro—e, no entanto, de certo modo, sufocado, naturalizado naquilo a que poderíamos chamar o *estar-aí* do objecto". (Ibid.: 177)

Podemos dizer que recebemos a imagem especular de uma forma perfeitamente clara, porém, não adicionamos a ela nenhum outro significado, a não ser que ela é o nosso reflexo e que para tal, é necessário que estejamos dentro do campo de reflexão do espelho em questão.

Imaginemos agora uma composição de elementos, de objetos¹¹. Existem significações que estão ligadas às coleções de objetos, o conjunto de objetos que compõem uma cena, uma imagem, são *sintagmas*, isto é, composições mais extensas de signos. "Na realidade, os objetos de uma imagem ou os objectos reais de uma sala ou de uma rua estão ligados apenas por uma única forma de conexão, que é a parataxe, quer dizer, a justaposição pura e simples de elementos". (Ibid.: 178) Uma composição de objetos "concorre para um sentido final (para um 'estilo'), unicamente por justaposição de elementos". (Idem) Vamos tomar como exemplo uma pessoa que não conhecemos. Ela está vestida. Quando a vemos pela primeira vez, interpretamos a sua linguagem visual¹². Dependendo de sua aparência iremos classificá-la de alguma forma. Vamos interpretar qual o seu sexo, sua idade, sua classe social, quem sabe até sua profissão e estilo de

¹¹ Poderíamos considerar aqui os elementos que compõem uma indumentária, por exemplo.

¹² Aqui, entendemos por linguagem visual, não só as roupas e acessórios que está usando, ou seja, os atributos semânticos dos objetos, que por si só já falam muito, mas também suas características físicas.

vida. Podemos, obviamente, errar em nossa leitura, mas de qualquer forma efetuamos um processo de semiose.

Agora, se só pudéssemos visualizar esta pessoa através do espelho, ou seja, se só víssemos a sua imagem especular, a nossa interpretação mudaria? Daríamos a ela um novo significado? Acreditamos que não, podemos dizer que adicionaríamos à nossa leitura o fato da pessoa estar sendo vista por nós, através de um espelho.

Como diz Barthes,

...o objecto é polissêmico, isto é, oferece-se facilmente a várias leituras de sentido (...). Por outras palavras, cada homem tem em si, por assim dizer, vários léxicos, várias reservas de leitura, segundo o número de saberes, de níveis culturais de que dispõe. Todos os graus de saber, de cultura, e de situação, são possíveis perante um objecto ou uma coleção de objectos. (Idem)

Será possível realizarmos essas diversas leituras na imagem especular? Investiguemos através de algumas especulações. É de comum acordo que quando nos vemos no espelho podemos nos ver como os outros nos veriam, tornamo-nos o outro para nós mesmos. Neste caso o espelho é uma prótese que nos permite este ato, e a imagem especular, o canal. Mas se, ao nos olharmos no espelho, temos a oportunidade de nos ver como os outros nos veriam, temos também a chance de fazermos uma leitura da nossa imagem. Porém esta leitura não seria a mesma dos outros, pois como já vimos, tal leitura depende muito mais do receptor da mensagem do que de seu emissor. E também a leitura que determinada pessoa fizer vai ser diferente da pessoa da de outra, e assim por diante.

Talvez, então, a nossa imagem especular seja signo ao menos para nós. Considerando que "signo é uma coisa que representa uma outra coisa: seu objeto. Ele só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma outra coisa diferente dele". (SANTAELA, 1998) A imagem refletida no espelho estaria em nosso lugar e não poderia ser considerada a pessoa em frente ao espelho. Ninguém pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, logo não poderíamos estar em frente ao espelho e "dentro" dele ao mesmo instante. Ela permite inclusive que nós nos

vejamos; desta forma está nos representando para nós mesmos. Estaríamos, frente ao espelho, nos visualizando exatamente como somos, porém por meio de diferente materialidade. Neste caso não podemos tocar a imagem, ela é virtual, bidimensional e nós somos tridimensionais. Se tentarmos tocar a imagem no espelho, sentiremos o vidro e não a textura de nossa pele ou de nossas roupas. Podemos nos "pegar", nos "beliscar" e não podemos fazer isto com a imagem especular; então ela não é igual a nós e efetivamente nos representa; mas não em nossa ausência.

No item (ii) de seus critérios para definição de um signo, Eco diz que a imagem especular é "uma cópia absoluta dos próprios estímulos que o nosso olho receberia se estivesse diante do objeto". (ECO, 1998: 306) Com nosso olho apenas sim, porém não "lemos" só com os olhos, interpretamos também através dos outros sentidos: tato, olfato, paladar e audição. O significado é um produto sinérgico e não fruto de um sentido fisiológico em isolamento.

Para enriquecer um pouco mais nossas questões, vamos introduzir o conceito de semiosfera, formulado por Lotman "para exprimir a cultura como um organismo não separando aspectos biológicos de aspectos culturais, o homem do mundo". (REHEM, 1998) Segundo Rehem,

...o conceito de semiosfera está ligado à idéia de fronteira e de simetria especular. Fronteira define a relação entre aquilo que está dentro e aquilo que está fora do espaço semiótico. A noção básica procede da matemática, mais precisamente da noção de conjunto de pontos que funcionam como tradutores (filtros) graças ao qual se mantêm os contatos com os espaços não-semióticos permitindo a penetração do externo no interno, filtrando e adaptando. [...]A simetria especular é a própria idéia da semiosfera enquanto intercâmbio dialógico; é um dos princípios estruturais de organização interna do dispositivo gerador de sentido; nela aparece o fenômeno do duplo, da intratextualidade e um dos mais complexos processos informacionais, o dialogismo, fundamento de todo o processo gerador de sentido. (Idem)

Imaginemos um ator ou um político, sozinhos em casa, precisando ensaiar um texto ou um discurso. A primeira coisa que nos vem à cabeça é que vão fazê-lo em frente ao espelho. Conforme vão lendo o texto vão fazendo gestos e fazendo leituras, não só do texto como de sua linguagem corporal. Vão modificando esta linguagem na medida em que vão dando sentido a ela. Como o ator ou político, quando nos olhamos no espelho antes de sairmos, verificamos nossa aparência. De certa forma damos sentido às nossas roupas, ao nosso penteado e assim por diante. Se não gostamos do que vemos, modificamos. Trata-se de uma relação dialógica. Sendo o dialogismo um fundamento de processo gerador de sentido, quando nos olhamos no espelho, vemos sentido no que está à nossa frente. Mas será que a imagem especular torna-se signo nesse sentido? Pelo que já foi levantado, podemos dizer com certeza que ao nos olharmos no espelho, estamos passando por um processo de semiose¹³; ao menos sabemos que estamos dentro do campo refletor de uma superfície espelhada e que tal superfície costuma "dizer a verdade".

Em resumo, segundo Eco o outro dentro do espelho não é signo de acordo com seus critérios de definição de signo e explicações aqui já apresentados. Porém, à luz dos pensamentos de Barthes, podemos levantar dúvidas às afirmações de Eco. Barthes questiona se existem objetos¹⁴ fora do sentido, "um objecto não significante, desde que esteja a cargo de uma sociedade" (BARTHES, 1987: 179) e ele não vê como poderia deixar de estar. Segundo ainda ao autor, tal objeto funcionaria "como signo do insignificante, significa como insignificante". (Idem) A imagem especular possui uma mensagem, comunica que alguém, alguma coisa ou nada está dentro do campo refletor do espelho. Porém ela significa que a superfície do objeto espelho é refletora, produz imagens especular; isto faz sentido e é compreendido por todos que já experimentaram a sensação de se olharem no espelho. Ao menos sob este ângulo, podemos dizer que o outro especular é realmente signo.

Podemos afirmar que em alguns momentos o outro especular pode ser considerado signo. Em outros deixa dúvidas e existem momentos em que

¹³ Que segundo Eco, "é o fenômeno, típico dos seres humanos (e, segundo alguns, também dos anjos e dos animais) pelo qual - como diz Peirce - entram em jogo um signo, seu objeto (ou conteúdo) e sua interpretação". (ECO, 1985: 11)

¹⁴ Podemos transpor aqui, objetos para imagens especular, já que o próprio autor considera objetos ou imagens.

não é signo. Não vemos muita necessidade em afirmar se o é ou não. Basta que percebamos que existe a possibilidade de ser. O importante, a nosso ver, é termos a consciência que sempre será uma imagem virtual, independentemente de seu valor sógnico. Em *Sobre os espelhos* Eco reconhece a natureza virtual da imagem especular. Segundo o autor, ela "...é assim chamada porque o espectador a percebe como se ela estivesse dentro do espelho, quando o espelho, obviamente, não tem 'dentro'". (ECO, 1989: 14) Poderíamos aqui descrever várias situações onde encontramos referências ao "dentro dos espelhos" na ficção, como em *Alice no país das maravilhas* de Lewis Carrol. No entanto, nosso objetivo no momento é nos atermos à virtualidade e ao signo como algo virtual.

Conforme Pierre Lévy, foram três os "processos de virtualização" que "fizeram emergir a espécie humana: o desenvolvimento das linguagens, a multiplicação das técnicas e a complexidade das instituições". (LÉVY, 1999: 71) As diversas linguagens que a humanidade vem desenvolvendo através dos tempos são compostas de signos. Segundo Lévy, é através da linguagem que temos "acesso 'direto' ao passado sob a forma de uma imensa coleção de lembranças datadas e de narrativas interiores". (Ibid.: 72) As diversas linguagens humanas contam uma história, verdadeira ou não, porém são os registros que possuímos do passado que nos direcionam para o futuro; independentemente de suas veracidades. É através do desenvolvimento das linguagens que os seres humanos podem "recordar, evocar, imaginar, jogar, simular". (Idem) "Os signos não evocam apenas 'coisas ausentes' mas cenas, intrigas, séries completas de acontecimentos ligados uns aos outros". (Idem)

Os signos compreendem o virtual na medida em que são atualizáveis. Sofrem mudanças em seus significados, acumulam valores a seus referentes, criam mitos, elaboram simulacros. "Estamos num universo em que existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido".(BAUDRILLARD, 1991: 103)

Concluindo, voltamos à questão que abre este trabalho e que cogita da presença e natureza do outro na virtualidade e no signo. Poderíamos dizer que o signo sem referente é justamente aquele cujo antecedente é virtual. Se chamamos ou não o antecedente de referente a questão é outra. Pode ser, desde que consideremos o referente como uma coisa—um objeto com

massa e volume do chamado mundo físico. Mas mesmo assim, essa aceção não atende às características da chamada imagem virtual, que, na realidade, é a atualização do virtual e que tem, de fato, como podemos constatar em neo-ambientes, volume e massa. Talvez fosse mais condizente adaptar o termo diante da constatação de que o referente pode ser apenas potência.

Bibliografia:

BARTHES, Roland. Semântica do objeto. In: A aventura semiológica. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. A câmara clara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BAUDRILLARD, Jean. O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 1968.

_____. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BAZIN, André. O cinema. *Ensaio*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COELHO, Luiz Antonio L. O estatuto do objeto na era do virtual. Anais do P&D Design 2000 AEnD BR Estudos em Design. Novo Hamburgo, RS: AEnD outubro de 2000. Rio de Janeiro: Associação de Ensino e Pesquisa de Nível Superior em Design no Brasil. V.1 pp 183-188.

ECO, Umberto. Sobre os espelhos. In: Sobre os espelhos e outros ensaios. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. Kant e o ornitorrinco. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Paris: Gallimard, 1987.

LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LANGER, Susanne. Feeling and Form, A Theory of Art Developed From Philosophy in a New Key. New York: Charles Scribner's, 1953. 431 pp.

_____. Philosophy in a New Key; A Study in the Symbolism of Reason, Rite, and Art. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1973.

LÉVY, Pierre. O que é o virtual? São Paulo: Editora 34, 1997.

OGDEN, C.K. & RICHARDS, I. A The Meaning of Meaning. London: Routledge, 1923.

OLIVEIRA, Regiane e MACHADO, Irene. Conceitos Gerais.

<http://www.pucsp.br/~cos-puc/cultura/conceito.htm>, 1998.

PARENTE, André (org.). Imagem máquina. A era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia, textos escolhidos*. Introdução, seleção e tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1993.

_____. *Semiótica*. Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva, 1977.

REHEM, Reheniglei. Conceitos gerais.

<http://www.pucsp.br/~cos-puc/cultura/conceito.htm>, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SANTAELLA, Lúcia. O que é semiótica?

<http://www.pucsp.br/~cos-puc/infgeral/semiotca.htm>, 1998.

WEISSBERG, Jean-Louis. Real e virtual. *In*: PARENTE, André (org). *Imagem máquina. A era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34/Nova Fronteira, 1996.